

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO TR-PE Nº 10-2022

1ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

Suplente: Juiz Federal Rafael Tavares da Silva

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juíza Federal Kylce Anne de Araujo Pereira

1ª Relatoria: Juíza Federal Marina Cofferi

2ª Relatoria: Juiz Federal André Jackson de Holanda Mauricio Junior

Suplente: Juíza Federal Marina Cofferi

3ª Turma

Presidente e 1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

Suplente: Juiz Federal Temistocles Araújo Azevêdo

1ª TURMA RECURSAL

[0513829-43.2020.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA. ENTENDIMENTO DA TNU. SÚMULA 47 DA TNU. SÚMULA 48 DA TNU. IMPEDIMENTO INFERIOR A 2 ANOS. RECURSO DO AUTOR PREJUDICADO. RECURSO DO INSS PROVIDO.

[0504100-23.2021.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO/APOSENTADORIA ESPECIAL. PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE ESPECIALIDADE POR OUTROS AGENTES NOCIVOS DOS MESMOS PERÍODOS JÁ RECONHECIDOS NA SENTENÇA. POSSIBILIDADE NO CASO DO HIDROCARBONETO SEM ESPECIFICAÇÃO NOS PERÍODOS POSTERIORES À VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 2172/97 E DE ACORDO COM O TEMA 298 DA TNU. POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA ESPECIALIDADE PELA EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS DESCRITOS NOS DECRETOS REGULAMENTADORES DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. RECONHECIMENTO DE ESPECIALIDADE. RÚIDO ACIMA DO LIMITE LEGAL DE TOLERÂNCIA. METODOLOGIA EM CONFORMIDADE COM A NR-15. ESPECIALIDADE MANTIDA. PERÍODO SOB EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS. HIDROCARBONETO NÃO ESPECIFICADO. ÓLEO DIESEL. NECESSIDADE DE INDICAR A NATUREZA DO HIDROCARBONETO NOS TERMOS DOS DECRETOS REGULAMENTADORES DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, A PARTIR DA VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 2172/97 E NOS TERMOS DO TEMA 298 DA TNU. IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

[0519211-80.2021.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. VISÃO MONOCULAR. CONDIÇÕES PESSOAIS. PEDILEF 00037469520124014200. MANDADO DE VERIFICAÇÃO EXPEDIDO. MISERABILIDADE VERIFICADA. RECURSO DA AUTORA PROVIDO.

[0522664-20.2020.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. DEFICIENTE. REQUISITOS DO ART. 20, DA LEI 8.742/93. IMPEDIMENTO DE LONGO PRAZO NÃO VERIFICADO. INCAPACIDADE NÃO CONSTATADA. RECURSO DO INSS PROVIDO.

[0505236-59.2019.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. TEMPO ESPECIAL. 29/04/1995 A 31/10/2006. AGENTE QUÍMICO. ACIDO SULFÚRICO. METANOL. ESPECIALIDADE RECONHECIDA. 01/11/2006 A 23/12/2013. INDICAÇÃO DE FATOR DE RISCO. VÍRUS, FUNGOS E BACTÉRIAS. ESPECIALIDADE RECONHECIDA. RECURSO PROVIDO.

[0506204-21.2021.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. IDOSO. MISERABILIDADE VERIFICADA. RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

[0504366-37.2021.4.05.8302](#)

BPREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL. RECONHECIMENTO DE TEMPO ESPECIAL. SÚMULA 62 DA TNU. POSSIBILIDADE. LTCAT. PROVA DA ESPECIALIDADE. ESPECIALIDADE MANTIDA. ATIVIDADE DE TORNEIRO MECÂNICO. TEMA 198 DA TNU. ANALOGIA. CTPS. INSUFICIENTE PARA VERIFICAR A SIMILARIDADE COM A ATIVIDADE PARADIGMA. ESPECIALIDADE NÃO RECONHECIDA. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. RECURSO DO PARTICULAR IMPROVIDO.

[0500089-38.2022.4.05.8303](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE LABORATIVA. CÂNCER DE PELE. RECIDIVA. AGRICULTOR. INCAPACIDADE PARA ATIVIDADE HABITUAL. RECURSO DO AUTOR PROVIDO.